**DECLARAÇÃO**

**AO 2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO, SP.**

(Denominação da pessoa jurídica) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ nº: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, NIRE nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, ou registrada sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ no Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede social na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_\_\_\_, devidamente representada por \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome completo), RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente/domiciliado(a) na\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, complemento \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, bairro: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, vem declarar à Vossa Senhoria, sob as penas da lei, que está DISPENSADA da apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND) ou da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPEN) da RFB e PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à dívida ativa da União, bem como créditos relativos às contribuições sociais das alíneas ‘a’, ‘b’ e ‘c’ do § único do artigo 11 da Lei nº 8.212/91, e contribuições a título de substituição, bem como as devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em DAU, uma vez que o(s) imóvel(is) da presente transação está(ão) contabilmente lançado(s) no ativo circulante da empresa declarante e não consta, nem constou, do seu ativo permanente.

Acrescenta-se que a empresa explora, exclusivamente, alguma(s) das atividades a seguir: compra e venda deimóveis, locação, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária ou construção de imóveis destinados à venda, nos termos da Lei Federal nº 8.212/91, Portaria nº 358/14 e Portaria Conjunta nº 1.751/14 (artigos 1º e 17, inciso I), da RFB/PGFN.

Nesse sentido, deixa-se de apresentar os comprovantes de inexistência de débitos exigíveis para a prática do ato registral, especificamente para fins do registro do título \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, datado de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, prenotado sob nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (caso já exista prenotação).

Por ser verdade, firmo a presente.

Ribeirão Preto, SP, \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, de\_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(assinatura e reconhecimento de firma do(a) representante legal da pessoa jurídica)